



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

## CARTA CONVITE Nº 02/2015

Processo Administrativo nº 023/2015

Modalidade - Convite nº 02/2015

Tipo: Menor Preço

### **1 - PREÂMBULO**

A **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL**, Estado de São Paulo, através da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria nº 028, de 07 de dezembro de 2015, por determinação do Excelentíssimo Presidente em exercício, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que realizará licitação na modalidade **CONVITE**, tipo **MENOR PREÇO**, destinada a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de 6.000 (seis mil) litros de combustível (gasolina comum), para abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, por um período de 12 meses, conforme item 2 - DO OBJETO, de acordo com as necessidades legislativas, em conformidade com a Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/2006, e pelas demais exigências desta Carta Convite e seus anexos, que se realizará no dia 13 de janeiro de 2016, às 10h00min, no Prédio da Câmara Municipal de Bananal, situado na Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro – Bananal/SP.

### **2 - DO OBJETO**

2.1. Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de 6.000 (seis mil) litros de combustível (gasolina comum), para abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, por um período de 12 meses, conforme a necessidade legislativa.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal ESTADO DE SÃO PAULO

2.2. A quantidade inicialmente prevista poderá ser aumentada ou diminuída dentro do limite fixado pelo § 1º, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, de 21/06/1993.

## **3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. A presente licitação destina-se **EXCLUSIVAMENTE** à participação de **MICROEMPRESA – ME** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações, desde que atendidas às exigências desta Carta Convite e seus anexos.

3.2. Não poderão, direta ou indiretamente, participar desta licitação:

3.2.1. Consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;

3.2.2. Empresas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.3. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas para tal;

3.2.4. Empresas estrangeiras que não funcionem no País; e

3.2.5. Empresas alcançadas por quaisquer das hipóteses elencadas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

3.4. Nos casos de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurada o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

3.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência de direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da lei nº 8666/93, sendo facultada á administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.6. As licitantes deverão apresentar no local, na data e no horário previstos no preâmbulo deste Instrumento Convocatório, em 02 (dois) envelopes separados, devidamente lacrados e de cor opaca, que impossibilite a leitura do conteúdo, contendo no **ENVELOPE N.º 01** a documentação comprobatória da sua habilitação, e no **ENVELOPE N.º 02** a sua proposta comercial, ambos nos termos do item 5 desta Carta Convite, sendo que, em todos, deverão conter, na parte externa, além da especificação da **RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO e TELEFONE**, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°01
À Comissão Permanente de Licitações (CPL) da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal/SP Rua Manoel de Aguiar, nº 51 – Centro, Bananal /SP – CEP-12850-000 Licitação – Convite nº 02/2015 Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO

ENVELOPE N°02
À Comissão Permanente de Licitações (CPL) da Câmara Municipal da Estância Turística Bananal/SP Rua Manoel de Aguiar, nº 51 – Centro, Bananal /SP – CEP-12850-000 Licitação – Convite nº 02/2015 Envelope nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

3.7. Os envelopes referentes à habilitação e à proposta comercial poderão ser encaminhados à Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, no endereço indicado no preâmbulo deste Convite, por intermédio dos correios ou serem entregues diretamente no serviço de protocolo deste Órgão.

3.8. No tocante aos os envelopes entregues no setor de protocolo deste órgão via correio ou por meio de pessoa indicada pela licitante, serão considerados, para efeito de participação da sessão pública e consequente análise dos documentos, tão somente aqueles cujo registro de entrega tenha ocorrido até o horário marcado para o início da reunião, qual seja, às 10h00min do dia 13 de janeiro de 2016.

## **4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1.1. Os recursos financeiros para atender às despesas constantes do objeto do presente Convite serão provenientes das seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão: 010000 – Legislativo Municipal.

Unidade Orçamentária: 010100 – Câmara Municipal.

Classificação Função Programática: 01.031.0001.2.002 – Manutenção da Câmara.

Classificação Econômica: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## **5 - DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA COMERCIAL**

5.1. As licitantes deverão incluir no Envelope n.º 01 – HABILITAÇÃO a seguinte Documentação:

5.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor da licitante, devidamente



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

5.1.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.1.4. Certidão Negativa de Débito - CND relativa às contribuições sociais, fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social (Lei n.º 8.212/91), devidamente atualizada.

5.1.5. Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), devidamente atualizado;

5.1.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, instituída pela Lei nº 12.440/2011, expedida pela Justiça do Trabalho;

5.1.8. Declaração do licitante confirmando que não emprega menor nas situações proibidas pelo Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo definido no Anexo III;

5.1.9. Declaração de que se enquadra nas disposições contidas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses de exclusão desse regime diferenciado, arroladas no §4º do mesmo artigo, conforme modelo definido no Anexo IV;

5.1.10. Registro emitido pela Agência Nacional de Petróleo e ou publicação atualizada, o qual deverá ser pertinente à atividade específica, ou seja, revendedor varejista,



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

retalhista ou distribuidor, que comprove estar a licitante devidamente registrada na ANP.

5.2. As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a licitante será habilitada juntamente com as demais, passando-se a verificação do Envelope n.º 02 – **PROPOSTA COMERCIAL**, e, se apresentar a melhor proposta e esta for considerada aceitável, será declarada vencedora, nos termos do §1º, do art. 43, da Lei Complementar n.º 123/2006.

5.3.1. Nessa hipótese, o Presidente da CPL dará ciência às demais licitantes dessa decisão e intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração citada neste subitem, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, promover a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.3.2. A não regularização da documentação, no prazo e condições disciplinadas no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

5.4. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original; ou por qualquer processo de cópia, autenticada por servidor da Administração, devidamente qualificado, ou por Cartório competente; ou por publicação em órgão da imprensa oficial; ou, ainda, por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência pela Comissão Permanente de Licitação.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

5.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição os documentos requeridos no presente Convite e seus anexos.

5.6. Todos os documentos listados nesta cláusula deverão ser apresentados sem emendas, rasuras ou entrelinhas, motivos para sua rejeição pela Comissão Permanente de Licitação.

5.7. É vedada a remessa de Propostas ou quaisquer documentos por fax ou e-mail.

5.8. O ENVELOPE nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, em papel timbrado da licitante, redigida em português, de forma clara e detalhada, devidamente datada e assinada ao seu final, contendo, sob pena de desclassificação:

5.8.1. Indicação da razão social, endereço completo, CNPJ, telefone e e-mail (caso possua);

5.8.2. Preço total do serviço, em algarismos e por extenso, conforme o Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo V desta Carta Convite, (havendo discordância entre os preços expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Presidente da CPL proceder às correções necessárias);

5.8.3. No preço proposto deverão estar incluídos todos os encargos e tributos decorrentes do fornecimento, todos os custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, fretes, e demais encargos;

5.8.4. Prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da proposta. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo mencionado.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal ESTADO DE SÃO PAULO

5.9. A licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento por escrito dirigido à Comissão, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

5.10. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.11. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas nesta Carta Convite e seus anexos.

5.12. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento da licitante que efetivamente vai prestar os serviços objeto da presente licitação.

5.13. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências da presente Carta Convite e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

## **6 – DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÕES NAS REUNIÕES**

6.1. Para manifestação nas reuniões, assinaturas em atas e demais documentos, a empresa participante deverá se fazer representar pelo sócio-gerente ou diretor, ou por pessoa devidamente credenciada através de documento hábil, assinado por representante legal da empresa identificado como tal e acompanhado de cópia de documento do credenciado;

6.2. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo do Anexo II deste edital, que segue apenso ao presente.





# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

6.3. O credenciamento deverá conferir ao credenciado amplos poderes, inclusive para receber intimações e para desistência de recursos.

6.4. O documento de credenciamento será retido pela Comissão de Licitação e juntado ao processo licitatório.

6.5. O procedimento de credenciamento obedecerá como a seguir:

6.5.1. Iniciada a sessão e antes da abertura de documentos, a Comissão de Licitação procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes;

6.5.2. Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante;

6.5.3. As pessoas interessadas não credenciadas poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

## **7 – DAS REUNIÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

7.1. As reuniões da Comissão Permanente de Licitação serão públicas e acessíveis ao público, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura, presentes seus membros e os representantes das licitantes, desenvolvendo-se os trabalhos de acordo com as reuniões e fases estabelecidas nesta Carta Convite.

7.1.1. A Comissão reserva-se o direito de alterar as datas ou as pautas das reuniões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

7.2. A reunião de abertura será conduzida pelo Presidente da CPL, sendo que, após declarado aberta a sessão pública, não será aceita a participação de outras empresas, salvo nos casos em que, mesmo após iniciada a reunião, for encaminhado à CPL, pelo setor de protocolo da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, envelopes de habilitação e proposta comercial cujo registro de entrega tenha ocorrido até o horário marcado para o início da sessão, qual seja, 10h00min do dia 13 de janeiro de 2016, nos termos do item 2.8. deste Edital, sendo tal fato devidamente registrado em ata.

7.2.1 - A primeira fase da reunião de abertura, a realizar-se no dia, hora e local indicados no preâmbulo desta Carta Convite, terá em pauta o seguinte:

7.2.1.1. Receber os envelopes n.º 1 – HABILITAÇÃO e Envelope n.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL;

7.2.1.2. Proceder à abertura do envelope n.º 1 - HABILITAÇÃO, submetendo a documentação ao exame dos representantes das licitantes;

7.2.2. O Presidente da Comissão Permanente de Licitação solicitará aos demais membros da CPL e aos representantes das licitantes que rubriquem todas as folhas contidas no envelope n.º 1 – HABILITAÇÃO, e que formulem, se for o caso, impugnações relativamente às documentações ou protestos quanto ao transcurso desta licitação, sendo tais manifestações registradas na ata da reunião.

7.3. Ato contínuo, caso a Comissão possa apreciar e decidir de imediato sobre a habilitação das licitantes, será dado início à segunda fase da reunião, com a seguinte pauta:

7.3.1. Informar as licitantes o resultado do julgamento da habilitação, anunciando as empresas julgadas habilitadas e devolvendo às inabilitadas, sem abri-los, o envelope



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal ESTADO DE SÃO PAULO

n.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL, e colocando à disposição das licitantes, para exame, a documentação anteriormente examinada pela Comissão Permanente de Licitação.

7.3.2. Havendo renúncia das licitantes ao direito de recorrer, em relação à fase de habilitação, tal fato será registrado na ata da reunião, procedendo-se, então, a abertura do envelope n.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL das licitantes habilitadas, fazendo-se rubricar as folhas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes.

7.3.3. Caso não haja a possibilidade de dar início à segunda fase, logo após o término da primeira, o resultado da habilitação será comunicado às licitantes, juntamente com a data, hora e local da próxima sessão pública, sendo o envelope de n.º 02 – PROPOSTA COMERCIAL rubricado em seus fechos pelo Presidente e demais membros da CPL e pelos representantes das licitantes, e permanecerá fechado sob a guarda e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação.

7.4. Os motivos que porventura inviabilizem o início da segunda fase e os possíveis questionamentos formulados serão consignados na ata, devendo estes últimos serem apresentados até o final de cada reunião.

7.5. O não comparecimento do Licitante (com representante credenciado) ao ato implicará na sua tácita concordância com as decisões tomadas;

7.6. Iniciada a abertura dos envelopes, não será admitida qualquer retificação que possa influir no seu julgamento, nem admitido à licitação proponente retardatário.

## **8 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

8.1. Abertos os envelopes e rubricados os documentos habilitatórios, a Comissão Permanente de Licitação poderá proceder ao julgamento em outra reunião, se assim achar conveniente, fazendo-se o competente registro na ata da reunião.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal ESTADO DE SÃO PAULO

8.2. Serão julgados inabilitados os interessados que deixarem de atender as exigências de habilitação contidas nos subitens 4.1.1 a 4.1.10.

8.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade do documento ou não impeça seu entendimento;

8.4. No caso de inabilitação de todos os interessados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de novos documentos, conforme disposto no artigo 48, parágrafo único da Lei nº. 8.666/93, com a redação da Lei nº. 8.883/94;

8.5. A inabilitação neste convite significa a não abertura e o não conhecimento da proposta comercial.

## **9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

9.1. Abertas, rubricadas e lidas as propostas, a Comissão Permanente da Licitação poderá julgá-las em outra reunião, se assim achar conveniente, fazendo-se o competente registro na ata da reunião.

9.2. Para o julgamento desta licitação a Comissão adotará o critério de MENOR PREÇO.

9.3. A Comissão Permanente de Licitação desclassificará as propostas que:

9.3.1. Não atenderem às exigências contidas nesta Carta Convite e seus anexos, ou imponham condições não previstas neste ato convocatório.

9.3.2. Apresentarem preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que apresente valor zero, simbólico, irrisório ou incompatível com os preços de



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

mercado apurados na forma prevista neste item.

9.4. Após a etapa de análise das propostas, as licitantes remanescentes serão classificadas na ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta com o MENOR PREÇO.

9.5. Caso existam propostas com o mesmo preço, o desempate será efetivado nos termos do § 2º, art. 45, da Lei n.º 8.666/93.

9.6. Esgotado o prazo legal sem a interposição de recurso contra a decisão da Comissão que proferiu o julgamento das propostas, o processo da licitação será submetido ao Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, para homologação.

## **10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS IMPUGNAÇÕES**

10.1. Até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes com as propostas, toda licitante é parte legítima para impugnar a presente Carta Convite por irregularidade, devendo a impugnação ser protocolada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, no prédio do Poder Legislativo Municipal, sito a Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro – Bananal/SP.

10.2. Eventuais recursos referentes a atos da Administração poderão ser interpostos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o conhecimento da decisão correspondente, em petição escrita dirigida à Comissão Permanente de Licitação e protocolada no endereço mencionado no item acima, observadas, em qualquer caso, as demais prescrições dispostas no art. 109, da Lei nº 8.666/93.

10.3. Interposto o recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que terão prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação, para



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

impugná-lo.

10.4. Recebida a impugnação do recurso de que trata o item anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Permanente de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, juntamente com a respectiva impugnação, ao Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

10.5. Não será conhecido o recurso interposto fora do prazo legal.

10.6. Será franqueada aos interessados, desde a data de publicação desta Carta Convite, vistas ao processo administrativo, na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro – Bananal/SP, no horário de 08hs às 17hs.

10.7. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e ao julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a Comissão Permanente de Licitação, motivadamente, e, havendo interesse da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal atribuir efeito suspensivo aos demais recursos interpostos.

## **11 - DOS PRAZOS**

11.1. O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da proposta.

## **12 - DO PREÇO**

12.1. O objeto do presente Convite será contratado pelo preço ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal ESTADO DE SÃO PAULO

12.2. Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação do serviço contratado, tais como serviços de frete, impostos, taxas.

12.3. O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

## **13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

13.1. Os pagamentos serão feitos até o 5.º dia útil do mês subsequente, abrangendo os fornecimentos de gasolina feitos no mês anterior, mediante comprovação do fornecimento e documentação fiscal própria (Nota Fiscal Eletrônica).

13.2. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal.

13.4. É vedado qualquer acréscimo aos pagamentos referidos nessa cláusula.

## **14 – DA HOMOLOGAÇÃO**



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

14.1. A Comissão Permanente de Licitação, após concluídos seus trabalhos, encaminhará o processo licitatório ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal para sua homologação e adjudicação.

## **15 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O Licitante vencedor deverá assinar o instrumento hábil de adjudicação com a Câmara no dia e hora designados por convocação escrita, sob pena de ser sua proposta ser considerada deserta e caracterizando o descumprimento total da obrigação, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e no presente Edital, bem como à indenização dos custos decorrentes da realização de nova licitação.

15.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa ou com justificativa não reconhecida pela Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar a aplicação das seguintes sanções:

15.2.1. Advertência.

15.2.2. Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor total da contratação devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada da vencedora quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

15.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal por prazo de até 02 (dois) anos.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja





# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

15.2.5. A aplicação das sanções previstas nesta Carta Convite não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive a responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal.

15.2.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal.

15.2.7. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma estabelecida pelo § 1º, do art. 87, da Lei n.º 8.666/93.

15.2.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Presidência da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, devidamente justificado.

15.2.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

15.2.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

## 16 – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A íntegra desta Carta Convite poderá ser obtida em horário de expediente, por qualquer interessado, na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, sito à Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro – Bananal/SP, ou ainda no sítio [www.camarabananal.sp.gov.br](http://www.camarabananal.sp.gov.br).

16.2. Os Licitantes estão obrigados a examinar cuidadosamente todos os documentos constantes do presente Edital, não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento ou de ignorância dos mesmos.

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Carta Convite e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal.

16.4. A Câmara Municipal de Bananal se reserva o direito de, por despacho fundamentado da autoridade competente:

16.4.1. REVOGAR a presente licitação, em razão de interesse público;

16.4.2. ANULAR, total ou parcialmente, o procedimento, em razão de ilegalidade ocorrida em seu curso, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.5. A participação nesta licitação implica na concordância em observar os preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como na integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições desta Carta Convite, sendo a licitante responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. A licitante inabilitada deverá retirar sua proposta, no prazo de 30 (trinta) dias,



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

contados da data da intimação do ato. Decorrido este prazo, sem que a proposta seja retirada, a Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal providenciará a sua destruição.

16.7. É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços.

16.8. As questões decorrentes desta licitação, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Bananal/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

16.9.1. Anexo I – Minuta do Contrato;

16.9.2. Anexo II – Modelo de Credenciamento;

16.9.3. Anexo III – Modelo de Declaração de cumprimento do disposto no artigo 7º, Inciso XXXIII da CF;

16.9.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de ME ou EPP;

16.9.5. Anexo V – Modelo de Proposta Comercial;

16.9.6. Anexo VI – Modelo de Termo de Retirada de Edital;



# Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

ESTADO DE SÃO PAULO

16.9.7. Anexo VII – Termo de Recebimento da Carta-Convite, das Condições de Participação e de seus Anexos.

16.10. Esclarecimentos adicionais sobre esta Carta Convite serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação, os quais serão obtidos mediante solicitação, por escrito e protocolada na Secretaria administrativa da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, de Segunda a Sexta-feira, das 08hs às 17hs, situada na Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro, Bananal/SP, não sendo aceita, em nenhuma hipótese, a requisição de informações por outra forma.

Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, 22 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS REIS NOGUEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

LUIZ MAURICIO COUTINHO

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO I**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

**MINUTA DE CONTRATO**

*TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL E A EMPRESA ....., PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), PARA ABASTECIMENTO DO VEÍCULO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DE BANANAL. PROCESSO Nº 23/2015 – CONVITE Nº 02/2015*

A **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BANANAL**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, localizada na Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro, Bananal/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.563.034/0001-57, neste ato representada por seu Presidente, LUIZ MAURICIO COUTINHO, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.618.954-4 SSP/SP e CPF/MF nº 070.321.197-86, residente e domiciliado na Rua Benedito Dias Novaes, nº 28, Timborê, Bananal/SP, e, de outro lado, a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., Inscrição Estadual nº ..... estabelecida à ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), ....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº ..... e CPF/MF nº ....., residente e domiciliado(a) à ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social ou Procuração, têm entre si justo e contratado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente termo contratual tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de 6.000 (seis mil) litros de combustível (gasolina comum), para



# **Câmara Municipal**

## **da Estância Turística de Bananal**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, por um período de 12 meses.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

2.1. O fornecimento a que se refere à Cláusula anterior será parcelado, à medida da necessidade legislativa, mediante autorização da Contratante.

2.2. A prestação de serviço consistirá em disponibilização pela contratada de estabelecimento para abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, devendo no ato do abastecimento, ser apresentado pelo motorista do órgão “Documento de Requisição” encaminhada pelo Presidente do Poder Legislativo.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. O preço ajustado é de ..... por cada litro de gasolina comum, preço este que só poderá ser reajustado nos termos do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, mediante apresentação de cópia de documento comprobatório. O valor global estimado do presente Contrato, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$.....

3.2. Os pagamentos serão feitos até o 5º dia útil do mês subsequente, abrangendo os fornecimentos de gasolina feitos no mês anterior, mediante comprovação do fornecimento e documentação fiscal própria (Nota Fiscal Eletrônica).

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.1. O presente contrato terá início no dia ....., com término no dia .....

### **CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

5.1. A despesa com a execução deste Contrato ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:



# **Câmara Municipal**

## **da Estância Turística de Bananal**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

Órgão: 010000 – Legislativo Municipal.

Unidade Orçamentária: 010100 – Câmara Municipal.

Classificação Função Programática: 01.031.0001.2.002 – Manutenção da Câmara.

Classificação Econômica: 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada fica obrigada a fornecer combustível de boa qualidade e de acordo com as normas de controle de qualidade para a Contratante, sob pena de imediata rescisão contratual, independente de adoção de providências administrativas e judiciais cabíveis.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS**

7.1. A infração de qualquer das disposições contratuais gerará a favor da parte prejudicada o direito de ser ressarcida de eventuais prejuízos, implicando, ainda, na rescisão deste instrumento, arcando a parte que der causa com os prejuízos decorrentes, como perdas e danos.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1. Nos termos do artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas posteriores modificações, a inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

8.2. Constituirão motivos para a rescisão deste Contrato, no que couber, aqueles elencados no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas posteriores modificações.

### **CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

9.1. Toda e qualquer alteração contratual deverá ser processada mediante a celebração de termo aditivo, com amparo no artigo 65 da Lei 8666/93, com suas posteriores modificações.



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10. O presente contrato regular-se-á pelas suas cláusulas, pelos preceitos do direito público e pelo disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores modificações, bem como toda legislação e normas aplicáveis à espécie, em razão do objeto contratado.

10.1. A presente contratação vincula-se, para todos os fins e efeitos de direito, aos termos do edital e à proposta adjudicada da contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

11. Fica eleito o foro da Comarca de Bananal, para dirimir quaisquer dúvidas com relação ao cumprimento das cláusulas deste Contrato.

Assim sendo, para que produza os regulares e jurídicos efeitos, as partes firmam o presente instrumento em três vias, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Bananal, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME:

CPF:





**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO II**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

**MODELO DE CREDENCIAL**

(Nome da empresa) .....,  
sediada .....,  
(endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o  
nº ....., por seu diretor (sócio gerente, proprietário),  
através da presente credencial, constitui, para os fins de representação perante aos  
procedimentos da Carta Convite nº 02/2015, realizada pela Câmara Municipal da  
Estância Turística de Bananal, o(a) Sr.  
(<sup>a</sup>) ....., portador do documento de  
identidade (ou outro tipo de documento de identificação) RG  
nº ....., com amplos poderes de decisão, podendo, para  
tanto, interpor e renunciar a recursos, prestar esclarecimentos, receber notificações e  
intimações, e em nome desta empresa defender seus direitos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo da empresa)



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**ANEXO III**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

À

Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

A/C – Comissão Permanente de Licitação

Ref. Processo nº 023/2015 - Convite nº 02/2015

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

(Nome da empresa) .....,  
sediada ..... (endereço completo), inscrita no  
CNPJ/MF sob o nº ..... representada neste ato  
pelo(a) Sr.(a), ....., portador(a) da Carteira de  
Identidade nº ....., DECLARA, para fins do disposto  
no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº  
9.854, de 27 de outubro de 1999, sob as penas da lei, que não utiliza mão-de-obra  
direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalho  
noturno, perigosos ou insalubres, bem como, para qualquer trabalho, mão-de-obra  
direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz,  
a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do declarante e carimbo da empresa)



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**ANEXO IV**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE**

---

(razão social da empresa)

inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para os fins do disposto no subitem 3.2.8., da Carta Convite nº 02/2015, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º, d Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declara ainda não possuir nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes do artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

(Assinatura do Representante legal e carimbo da empresa)

OBS: Assinalar com um “X” na condição da empresa.



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**ANEXO V**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

À

Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal

A/C – Comissão Permanente de Licitação

Ref. Processo nº 023/2015 - Convite nº 02/2015

1. A empresa devidamente qualificada abaixo, vem por meio de seu representante legal, apresentar a seguinte proposta comercial:

<b>QUALIFICAÇÃO DA LICITANTE</b>	
Razão Social:	
Endereço:	
Cidade:	Estado/UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone: ( )	E-mail:
<b>Objeto:</b> A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de 6.000 (seis mil) litros de combustível (gasolina comum), para abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, por um período de 12 meses, conforme a necessidade legislativa.	
<b>Preço/litro:</b>	<b>Preço Total:</b>
<b>Preço Total por extenso:</b>	
<b>Validade da proposta:</b> 60 (sessenta) dias contados da data de entrega da proposta	

2. Declaramos que nos preços propostos acima estão incluídos todos os encargos e tributos decorrentes do fornecimento, bem como todos custos diretos e indiretos, tais como impostos, taxas, fretes, e demais encargos.

3. Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Convite e seus Anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante legal e carimbo da empresa)



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

**ANEXO VI**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

**TERMO DE RETIRADA DE EDITAL**

Eu, ....., portador da  
Carteira de Identidade nº ..... e CPF/MF sob o  
nº ....., representante da  
empresa .....,  
inscrita no CNPJ sob o nº ....., DECLARO para os  
devidos fins ter retirado nesta data, uma cópia da Carta-Convite e de seus anexos,  
concernentes ao Convite nº 02/2015, que tem por objeto a contratação de empresa  
para fornecimento de combustível (gasolina comum), para abastecimento do veículo  
oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, pelo período de 12  
meses, parceladamente, conforme a necessidade legislativa.

Bananal \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

(Assinatura do Representante legal e carimbo da empresa)



**Câmara Municipal**  
**da Estância Turística de Bananal**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**ANEXO VII**

CARTA CONVITE Nº 02/2015

<b>TERMO DE RECEBIMENTO DA CARTA-CONVITE, DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DE SEUS ANEXOS</b>		
<b>Convidada:</b>	<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>	<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Telefone: ( )</b>	
<b>Objeto:</b> A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento parcelado de 6.000 (seis mil) litros de combustível (gasolina comum), para abastecimento do veículo oficial da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, por um período de 12 meses, conforme a necessidade legislativa.		
<b>Modalidade de licitação:</b> Convite	<b>Número:</b> 02/2015	<b>Processo Administrativo:</b> 023/2015
Recebi da <b>Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal</b> , uma cópia da Carta-Convite nº 02/2015, das condições de participação e de seus anexos concernentes ao Convite nº 02/2015, cujos envelopes de Habilitação e Proposta de Preço, serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação até às <b>10h00min, do dia 13 de janeiro de 2016</b> , no Prédio da Câmara Municipal da Estância Turística de Bananal, localizado na Rua Manoel de Aguiar, nº 51, Centro – Bananal/SP.		
Bananal, _____ de _____ de _____		
_____ Assinatura do Representante da Licitante		
<b>Carimbo do CNPJ da licitante:</b>		